

94

VAMOS DEFENDER A NOSSA REVOLUÇÃO

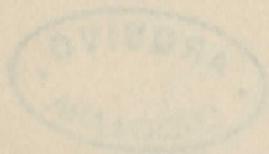


**DISCURSO DO CAMARADA AGOSTINHO NETO
NO ENCERRAMENTO DE UM CURSO DE ACTIVISTAS**

(23 de Maio de 1976)



**DISCURSO PROFERIDO PELO CAMARADA PRESIDENTE
AGOSTINHO NETO**



DISCURSO PROFERIDO PELO SENADOR PRESIDENTE
ACOSTA NETO

**EDIÇÃO
DO
MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO**

Camaradas membros do Bureau Político e dos Departamentos de Orientação do nosso Movimento;
Camaradas das organizações de massas;
Camaradas activistas políticos.

Esta sessão de encerramento do Primeiro Seminário Nacional que os Camaradas organizaram, reveste-se de uma importância fundamental. Essa importância nós podemos verificá-la em cada lugar do nosso país, quando percorremos as sanzalas, os quimbos e as cidades e verificamos que ainda é necessário fazer um grande trabalho político para que o nosso povo siga realmente o caminho da Revolução.

Os camaradas dispenderam aqui algum tempo, algumas semanas e agora vão regressar cada um ao seu lugar de origem. É com muito prazer que acedi ao convite para vir aqui dizer algumas palavras aos camaradas.

Camaradas activistas políticos.

Os quarenta e cinco dias dedicados ao estudo da orientação do Movimento e dos métodos de acção a aplicar pelos 240 militantes aqui presentes, demonstra uma vez mais a necessidade constante e crescente de formação de quadros políticos capazes de, em cada etapa da luta, enfrentar os muito variados problemas do país.

O nosso povo, dividido em agrupamentos regionais e raciais, é também um povo dividido em distintas classes sociais, cada uma delas com as suas características próprias, com as suas preocupações e com as suas aspirações.

É este povo diverso, com camadas diferenciadas e estratificadas que é necessário encaminhar firmemente para o socialismo.

A nossa tarefa não será portanto fácil, na medida em que acabamos de sair de uma situação complexa, na qual se misturaram as manobras dos colonialistas e a violência do imperialismo.

O colonialismo aproveitou-se das contradições tribais para nos dominar e explorar, ao mesmo tempo que introduziu o factor racial para impor uma lei que fazia do europeu o senhor absoluto na nossa terra.

Mais, os colonialistas introduziram e intensificaram o sistema capitalista de opressão que a pouco e pouco foi cedendo o seu lugar às formas multinacionais da exploração.

E a nossa luta pela independência, foi caracterizada pela necessidade do imperialismo diluir a nossa linha política e impor uma nova forma de exploração — o neocolonialismo.

O povo angolano porém, não cedeu a esses anseios dos colonialistas e dos imperialistas e eis-nos completamente independentes.

TAREFAS FUNDAMENTAIS

Agora, o nosso problema fundamental, é o da realização prática das tarefas de reconstrução nacional, de consolidação da Independência, da transformação de uma sociedade até agora sem a possibilidade de evoluir para um novo tipo de organização, mais justo.

A nossa tarefa fundamental é a de transformar o homem, tribalizado, cheio de complexos raciais e de classe, num homem verdadeiramente livre.

As tarefas de reconstrução nacional compreendem vários aspectos, são multiformes e definem-se segundo as exigências actuais de transformar a sociedade numa sociedade socialista.

Assim, temos de resolver os problemas da defesa, da produção e da unidade nacional, problema da reconstrução administrativa e política.

DEFESA

Para que as massas populares possam desenvolver de uma maneira criadora a sua acção no quadro da reconstrução nacional, é absolutamente necessário que o país disponha de um aparelho de defesa capaz. É preciso que todas as forças de pertença do povo e do território nacional, estejam aptas em cada circunstância, a exercer a sua acção e desencorajar o inimigo. É ainda necessário que os instrumentos de defesa do povo sigam fielmente a orientação da sua vanguarda revolucionária — o MPLA — e a ela se subordinem completamente, sem hesitações, sem desvios.

Os organismos de defesa do nosso país devem estar ligados ao povo, defendendo-o da agressão estrangeira, da reacção interna, dos actos de sabotagem e do banditismo. Eles têm de se fazer respeitar pelo seu comportamento exemplar, pela correcção e firmeza no trato com os elementos do povo, pela acção na defesa da ideologia da classe operária.

Mas a defesa apenas, não é suficiente, para que o povo evolua para uma forma superior de organização social. A defesa apenas pode garantir essa evolução e contribuir para que ela se concretize.

A PRODUÇÃO

O factor fundamental para a transformação da sociedade, é a produção, são as relações de produção, é a maneira como na sociedade são distribuídos os meios de produção.

É preciso que o povo disponha de alimentos, de vestuário, de meios de transporte, de condições de recreio e de descanso, de condições de instrução e de conservação da saúde.

É preciso que os meios técnicos modernos e as condições oferecidas pela natureza, estejam ao serviço do povo, de cada ser humano, de cada elemento da nossa sociedade.

E por isso, cada cidadão deve produzir, deve contribuir desse modo para esta grandiosa transformação da nação angolana, numa pátria feliz e forte.

Produzir, significa fazer crescer as sementes no campo, retirar da terra e do ambiente em geral, os elementos necessários à conservação do homem. Significa transformar na fábrica a matéria natural, a fim de conferir maior capacidade de realização e maior comodidade a cada um. Significa dotar a sociedade dos meios mais apropriados para a proteger da dureza do ambiente.

Quer dizer que produzir, é cultivar a terra, é transformar os produtos nas fábricas, é criar as condições de higiene e uma atmosfera saudável para todos.

O processo de produção, segundo nós o concebemos, deve ser feito em proveito de todo o povo e sob a direcção dos operários e camponeses.

A TERRA A QUEM A TRABALHA

Os camponeses devem deter nas suas mãos a terra que cultivam, quer individualmente mas de preferência colectivamente. Os camponeses só têm vantagem em cooperar no trabalho, para

mais facilmente utilizarem máquinas e ferramentas cuja aquisição e utilização por cada indivíduo, não é fácil.

A terra, não pode nem deve pertencer a um pequeno número de proprietários. Ela pertence à sociedade como o ar que respiramos; não pode ser a propriedade de um só homem.

E do mesmo modo que ninguém tem o direito nem pode vender o ar que respira, também, na nossa Angola popular, a terra deve estar ao dispor daquele que a utiliza.

A terra não pode mais ser a propriedade de alguns homens para que outros a façam produzir em seu proveito. É esta a razão fundamental porque as fazendas e roças abandonadas pelos colonos, devem ser todas confiscadas e entregues aos camponeses para que, de preferência, as trabalhem colectivamente, sob a forma de cooperativas ou de empresas estatais.

Assim, tudo o que existe debaixo da terra ou sob o mar ou o ar, tudo o que é natureza, pertence ao povo. São bens sociais do povo. E a sua utilização não deve servir para beneficiar indivíduos, mas o povo inteiro.

A SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO

Nas fábricas, que no nosso país ainda não atingem grandes dimensões, o trabalho nunca é individual. O trabalho é sempre colectivo. Não se produz um metro de fazenda, um tubo de ferro, uma peça de máquina, individualmente. Ninguém pode sonhar em fabricar um automóvel, sem que haja divisão de tarefas, sem que haja trabalho colectivo.

A produção industrial tem esta característica que é fundamental compreender para que a nossa acção seja coerente: é que ela é sempre colectiva. Portanto, as fábricas, as máquinas, as ferramentas devem pertencer ao próprio povo, são bens sociais do povo.

Ao dizer isto, devo prevenir os camaradas activistas políticos que os oportunistas costumam desvirtuar o carácter puro da revolução. E assim, quando alguns ouvem dizer que tudo é do povo, entendem que não devem mais respeitar esses bens do povo. Entendem que devem destruir os bens do povo. Esses são ainda os que estão impregnados duma mentalidade de escravo, porque são capazes de respeitar até uma agulha do patrão capitalista, mas não um automóvel que é sua propriedade, que é propriedade do povo. Não tocam numa bicicleta do patrão, mas são capazes de sabotar um guindaste que é sua propriedade, que é propriedade do povo. Não tiram um fruto da fazenda do patrão, mas são capazes de queimar um armazém de café que é sua propriedade, que é propriedade do povo.

Estes são os oportunistas que sabotam a economia do povo e por isso devem ser castigados e sobre eles exercida uma vigilância rigorosa.

Este é ainda um efeito do esclavagismo.

No processo de produção, bem idealizado, ainda podemos verificar fenómenos de egoísmo de alguns trabalhadores mal informados sobre as intenções revolucionárias da nossa República Popular de Angola.

Verifica-se também a incompreensão a respeito do papel dos órgãos do Estado na produção. Pensa-se ainda que o confisco de bens dos colonialistas não é senão a transferência de bens dum patrão para as mãos de um outro patrão. Assim, em vez de se considerar que o Estado é o administrador de um bem social de todo o povo, passa-se a considerar o Estado como um patrão dos bens do Povo. Isso não é correcto!

Na sociedade socialista que queremos construir, o Estado não é senão um administrador, aquele que dirige, mas sempre em função dos interesses do povo e sempre em função do bem estar de todo o povo.

Mas apesar dos desvios e das incompreensões, é necessário que no nosso processo de reconstrução nacional, não deixemos de praticar devidamente a reestruturação de todo o sistema económico de redistribuição das terras, pela colectivização na produção agrícola, pela socialização de todos os meios de produção.

Não deixemos de combater o parasitismo que se desenvolveu e ainda existe no sector comercial, o sistema de intermediários que vive à custa do consumidor, do produtor, sem que ele próprio forneça trabalho produtivo.

A produção é pois um dos aspectos mais importantes da nossa reconstrução nacional.

O PODER POPULAR

Mas, camaradas activistas, reconstrução é também a mudança dos métodos de administração e da atitude política perante o nosso povo, é sobretudo uma nova compreensão ideológica da dialéctica de desenvolvimento social.

Nós, aqui em Angola, somos pela Democracia Popular, que é o objectivo político do nosso Estado. E por isso mesmo, estamos a lançar as bases para que os organismos do Poder Popular possam consolidar-se, possam funcionar como organismos estatais, dentro da legalidade que o nosso Povo lhes conferiu e a Lei regulou.

É preciso que em toda a nossa Angola seja realmente compreendida a necessidade política da orientação e do controlo do Estado pelas camadas mais exploradas do Povo — pelos operários e camponeses.

O nosso Estado deve rapidamente evoluir para um Estado dirigido pelos órgãos do Poder Popular.

Este aspecto político, complementa as ideias que antes expus acerca da defesa e economia do País, mas é na realidade a ideia orientadora de toda a nossa acção nos outros domínios.

Tudo o que disse acerca da defesa, da produção, e poderia citar outros aspectos da vida nacional, se quisesse ser fastidioso, tudo se subordina à ideia política.

A ideia é: Os operários e camponeses no poder.

A DIRECÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA E CAMPONESA

Este conceito deve ser bem analisado e compreendido, porquanto alguns dos nossos camaradas, pensam que a direcção das classes mais exploradas significa que é necessário travar uma luta de morte contra as outras classes que beneficiaram de privilégios durante a época colonial e capitalista.

O problema não pode ser posto assim. Quem dirige um país, dirige um povo. A classe que dirige, dirige um povo. Dirige portanto todos os componentes desse povo.

A classe operária não pode contentar-se com uma direcção que seja para si própria. Não podemos deixar de considerar que a burguesia patriota, os intelectuais patriotas, a pequena burguesia, fazem parte da nossa nação, são elementos do nosso povo. Não podemos, não devemos travar guerra entre nós. É preciso preservar a unidade nacional.

O que interessa neste momento, é que a direcção do país, em todos os domínios, passe para as classes operária e camponesa. Este é que é o verdadeiro problema e que não deve ser falseado pela demagogia, pelo oportunismo e pela ambição.

Vamos sempre lutar pela unidade da Nação, sob a orientação dos operários e camponeses.



A FORMAÇÃO DE QUADROS

Claro que para realizarmos estas tarefas, necessitamos dum longo, acelerado e permanente trabalho de formação de quadros como acontece neste momento em que quadros políticos saiem daqui para as diferentes províncias do nosso país.

Mas precisamos também de quadros para a execução de certas profissões, precisamos dos operários especializados, precisamos dos quadros superiores e imediatamente nós temos de realizar uma vasta campanha dentro do nosso país para a alfabetização das nossas crianças e de todos aqueles que não tiveram oportunidade de aprender a ler e a escrever.

Todos aqueles que sabem ler e escrever devem contribuir para que de facto se possa entrar nesta fase de alfabetização massiva, do nosso povo.

O PROBLEMA RACIAL

Não posso deixar de indicar aos camaradas activistas políticos, e adentro das nossas realizações nacionais, a necessidade de evitar as confrontações raciais.

Nós somos um povo que desde há séculos tem uma maioria de pretos, mas também milhares de mestiços e brancos.

A certa altura da nossa vida, durante o colonialismo, a cor da pele confundia-se com a classe social: os mais claros eram da burguesia, os um pouco menos claros eram da pequena burguesia e o resto, como dizia a camarada, eram «rapazes».

A certa altura da nossa vida nós verificamos que essa confusão não devia nem podia permanecer entre nós. Nós somos todos, seja qual for a cor da pele, angolanos sob a direcção da classe operária e dos camponeses. Não devemos animar e não devemos acentuar o preconceito racial ou os conflitos de raça. Este procedimento marcou o nosso povo.

O que interessa de facto, é que os operários e camponeses assegurem a direcção efectiva do poder. E os operários não são só pretos, não são só brancos, não são só mestiços, são todos aqueles que são operários, aqueles que têm a ideologia do oprimido.

Esses devem realizar os objectivos políticos, económicos e sociais e instilar em todo o nosso povo a ideologia necessária para o avanço do nosso país para o socialismo.

O que importa é neutralizar qualquer pretensão de grupos raciais que desejam manter uma supremacia económica ou social no país. O que importa é que não haja agrupamentos raciais que se sobreponham aos outros. Nós somos todos iguais e se houver alguma pretensão de algum elemento de se impor por causa da cor da sua pele é necessário agir com firmeza e com dureza para reprimir essa tendência.

Neste nosso país, a direcção tem de estar nas mãos daqueles que possuem a ideologia do proletariado. O que quer dizer também que não pode haver preconceito racial.

Há uma base que os camaradas têm em mente e que lhes foi exposta durante o seminário.

SEM TEORIA REVOLUCIONÁRIA NÃO HÁ REVOLUÇÃO

Essa base é que sem uma teoria revolucionária, não há revolução.

Portanto, sem uma orientação segura e clara nos planos político e ideológico, não pode haver revolução.

Sem uma obediência à orientação do MPLA não podemos fazer a revolução.

São os princípios do MPLA, seguidos desde o início da luta armada, que nos orientaram até esta etapa.

Agora, os camaradas activistas vão continuar a acção, no sentido de dinamizar o nosso Movimento em todos os aspectos.

O factor principal para a realização material de toda a evolução para o socialismo, é o MPLA.

Daqui decorre a vossa grande responsabilidade. Responsabilidade adquirida em poucas semanas de estudo, mas durante longos anos de luta contra o colonialismo.

Não nos esqueçamos camaradas, que sem o trabalho político não é possível realizar as tarefas de reconstrução nacional. Sem a dedicação dos responsáveis, dos militantes, dos simpatizantes, os nossos objectivos não podem ser atingidos.

E quando dizemos o MPLA, queremos significar a organização em toda a sua extensão. Isto é: o MPLA deve estar representado em cada unidade de produção, em cada aldeia, em cada lugar, pelos seus grupos ou comités de acção.

Como disse o Camarada do DOP, é preciso que a organização esteja com as massas, parta das massas e regresse às massas.

As reuniões, as análises em conjunto sobre problemas concretos, devem ser regularmente realizadas e os debates sobre a linha política, constantemente realizados. Em nenhum momento se deve deixar que haja desvios da orientação, sem que se faça sentir a acção do MPLA.

E temos de dinamizar por outro lado a acção da OMA, da JMPLA, da UNTA, para que mesmo aqueles que não são activistas do MPLA, compreendam as vantagens do socialismo e actuem para o seu efectivo desenvolvimento em Angola.

FORMAÇÃO DO PARTIDO DA CLASSE OPERÁRIA

Claro que no momento oportuno, este vasto movimento de libertação nacional terá de se transformar em partido, em partido

orientado pela ideologia da classe operária, porque não existe socialismo que não esteja sob a direcção da classe operária.

Mas, por agora, temos o MPLA e ele é o instrumento de acção para o nosso povo.

POLÍTICA INTERNACIONAL — NÃO ALINHAMENTO

A opção socialista do nosso povo, impõe um certo número de responsabilidades no seio da comunidade internacional.

Se nós vamos para o socialismo, é normal que tenhamos contra nós o ódio dos capitalistas e a necessidade vital de nos aliarmos aos países socialistas.

É a lógica que o diz.

E a História também o diz. A nossa luta de libertação nacional, foi feita essencialmente com o apoio dos países socialistas e muito especialmente da União Soviética e mais recentemente da República Socialista de Cuba.

Nós temos no entanto o direito e o dever de escolher o nosso próprio destino. Nós não dependemos de ninguém. Nós não compreendemos o internacionalismo proletário como uma dependência.

Nós os socialistas, entreatudamo-nos. Vamos de mãos dadas uns com os outros. Isto não significa que aquele que recebe ajuda deva necessariamente seguir aquele que o ajuda.

Nós somos portanto independentes. O MPLA é independente e Angola é independente. Nós fazemos a nossa própria política.

Mas na nossa política internacional queremos relações diplomáticas, económicas e culturais com todos os países do mundo, independentemente do seu sistema político, independentemente da sua estrutura social.

Dentro dos princípios de respeito pela Independência do nosso Estado e pela Soberania Nacional, nós estabeleceremos relações de amizade com todos os povos do mundo.

E é necessário, camaradas activistas, explicar ao nosso povo, que esta política internacional, não significa uma abdicação da nossa orientação política. Não significa um desprezo da nossa orientação. Significa simplesmente Independência.

Temos um caso particular nas relações internacionais. É o caso de Portugal.

Sempre dissémos que nós queríamos estabelecer laços de amizade com o povo português. E penso que mais tarde ou mais cedo nós vamos estabelecer estes laços através dos legítimos representantes do Povo português.

Não entraremos no jogo eleitoralista dos partidos. Não temos nenhuma intenção de interferir na política interna de Portugal, como não permitiremos que Portugal se introduza na nossa política.

No jogo eleitoralista dos partidos portugueses houve alguns factos que nos feriram, alguns factos que nos ofenderam e acerca dos quais nós pedimos explicações.

Penso que é altura de todos os responsáveis portugueses, no seu próprio interesse, que não interfiram na política do povo angolano, na política da República Popular de Angola, não interfiram na política do MPLA.

As relações terão de estabelecer-se no momento e nas condições que nós considerarmos apropriadas.

O povo português no entanto pode ter a garantia de que, desembaraçado de forças que obedecem ao imperialismo americano, o ambiente se desanuviará e as relações serão as mais fraternas, serão mais fáceis e desejáveis.

REGRESSO À ANGOLA

Em Portugal, como em Cabo Verde, em São Tomé, no Congo, na Zâmbia e no Zaire, há milhares, centenas de milhares de angolanos. Independentemente das suas opções políticas, esses angolanos devem regressar à sua pátria, a não ser que o não queiram.

Criaremos as condições para o seu repatriamento.

Embora as condições em que estejamos, que temos de viver hoje, não nos permitam fazer uma entrada massiva de centenas de milhares de pessoas, nós procuraremos encontrar as condições para que os nossos compatriotas não continuem a sofrer fisicamente e moralmente os efeitos do exílio e também para que não sofram as humilhações de estarem fora da sua pátria, quando nós já somos independentes.

Quanto aos portugueses que desejam regressar a Angola, é necessário que eles nos convençam primeiro que abandonaram a mentalidade colonialista.

Se algum português, daqueles que saíram daqui e que não é um criminoso, que não praticou actos de violência contra o nosso povo, quer regressar ao nosso país, é preciso primeiramente pensar que aqui tem de se integrar nas estruturas que são criadas, são agora instauradas pelo Estado Angolano. E não vir aqui para ser patrão ou para ser capataz.

Estarão portanto enquadrados nos serviços e na organização social, dirigidos pelo povo angolano, pelos representantes do povo angolano. Assim manteremos a nossa independência, a nossa linha revolucionária. Manteremos o nosso objectivo que é o de transformar a nossa sociedade numa sociedade justa, em que já não haverá explorados, em que o Homem não terá a possibilidade de explorar outros homens.

UNIDADE NACIONAL

Camaradas activistas.

Vamos a partir de agora dirigir as massas populares, vamos defender a nossa revolução, vamos defender o nosso povo, vamos defender o nosso país.

Esta defesa passa pela mentalização, pela compreensão dos objectivos traçados pelo MPLA. É preciso que estejamos sempre unidos, para que a Unidade Nacional seja um facto, para que a orientação pela classe operária e camponesa não signifique uma ruptura com os outros elementos do povo, mas signifique sim a Direcção e a realização dos objectivos dos trabalhadores.

Vamos portanto dar mais este passo para a reconstrução nacional.

Desejo a todos os activistas políticos deste Primeiro Seminário Nacional, um bom trabalho.

Pelo Poder Popular

A Luta Continua!

A Vitória é Certa!

23 de Maio de 1976

ARQUIVO L. LARA

O. E. 1280-30 000 ex. - I. N. A. - 1976

Preço : 2\$50

234 (R)